

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Popular

Class.: 35

Data: 17/06/80

Cimi denuncia o acordo entre a Funai e Aracruz

O Conselho Indigenista Missionário denunciou ontem, em Goiânia, através de documentos enviados pela Sociedade Brasileira de Indigenistas, a realização de um acordo entre a multinacional Aracruz Celulose S/A e a Fundação Nacional do Índio, para que a empresa seja beneficiada com a nova demarcação das terras dos índios tupiniquins e guaranis, localizadas nos municípios de Aracruz e Linhares, no Espírito Santo, nas áreas denominadas Caieiras Velhas, Pau Brasil e parte da Ilha dos Comboios.

Segundo Pedro Tierra, representante do Cimi, os índios estão ainda mais temerosos devido à visita que o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, fez à fábrica da Aracruz Celulose, há 20 dias atrás, sem ao menos se identificar aos índios. Por outro lado, há outra reunião marcada para os próximos dias entre as duas partes, em Brasília, e os tupiniquins já mandaram o seguinte recado: "Vocês não falam por nós. Os índios não foram consultados. Só aceitamos a área que está no decreto de oito de novembro de 1979".

CARTA

Os tupiniquins de Caieira Velha, Pau Brasil e Ilha dos Comboios enviaram uma carta ao ministro Mário Andreazza, do Interior, relatando a situação e denunciando que a Funai toma algumas providências, mas não resolve nada. Afirmam que há tempo os tupiniquins pedem a demarcação das terras, mas sempre a Funai e a Aracruz Celulose vêm impedindo os índios de caçar, pescar e trabalhar na área. A carta, assinada pelo cacique José Sizenando, ressalta que os tupiniquins estão cansados de esperar pela Funai e, agora, vão fazer a demarcação, mas a Funai pediu que não a fizessem, pois a área será demarcada em julho.

No entanto, depois de reunir a comunidade indígena, os tupiniquins decidiram realizá-la. Em seguida, o cacique relata que 10 guardas da Aracruz Celulose foram a Pau Brasil para pressionar os índios, ameaçando de passar o trator na roça. Um tal de Evidio, da Aracruz, disse ainda que a terra não é dos índios e que a empresa tem documento mais antigo. O cacique José Sizenando desmentiu as palavras do Evidio, ressaltando que a Aracruz pode ter esse documento, mas ele é falso. Saliou ainda que o tal do doutor afirmou que o Governo não vai perder milhões de cruzeiros "por causa de 42 famílias de índios", e perguntou, "o que 42 famílias de índios vão dar de renda para o Governo".

PROBLEMA

Relata Pedro Tierra que em 1610 os tupiniquins receberam

uma doação de terras feita pela Coroa Portuguesa, em forma de sesmarias. As terras foram demarcadas e registradas no Livro do Tombo, da Vila de Nova Almeida, próxima a Vitória, no Espírito Santo. Na década de 60, a Companhia Ferro e Aço de Vitória passou a explorar madeira na área para fazer carvão. Em 1966, a multinacional Aracruz Celulose S/A adquiriu a área da Companhia, instalando-se em terras dos tupiniquins. "Para tal empreendimento, a Aracruz atraiu mão-de-obra desqualificada de diversas regiões para a derrubada da mata, plantio de eucalipto e instalação da fábrica, utilizando também mão-de-obra indígena, que tiveram de abrir mão de sua identidade de índios para trabalhar" - frisou.

Nessa época, diversas aldeias desapareceram, como a Cantagalo, Braço Morto e Guaxinitiba, dispersando os índios pelas cidades litorâneas e pelas favelas de Vitória. Em 1966, os guaranis chegaram do interior de Minas Gerais para juntar-se aos tupiniquins, passando a lutar juntos. Em seguida, a Funai transferiu os guaranis para Minas Gerais. Contudo, em 1977 os guaranis voltaram e passaram a morar em Caieiras Velhas, pagando aluguel e vivendo da venda de objetos de artesanato.

Em 1979, os tupiniquins e guaranis, não suportando mais a situação e não acreditando nas providências do Governo, resolveram retomar parte de suas terras e, juntos, ocuparam uma área de 152 hectares. A Aracruz Celulose tentou tirá-los, oferecendo casas em outros locais, mas os índios recusaram. Em novembro de 79, mesmo depois de vários grupos da Funai terem visitado a área e a declarada área de ocupação indígena, a empresa continuou a pressionar. No final do mesmo ano, foi deslocado para o local um chefe de Posto da Funai, que passou a estimular o conflito entre os índios e pequenos posseiros da região.

DEMARCAÇÃO

Os tupiniquins e guaranis continuavam sem resposta da Funai sobre a demarcação de suas terras. Em seguida, os índios exigiram a saída do chefe do posto e o colocaram para fora em fevereiro, quando deram um prazo de 60 dias para demarcar a área. Encerrado o prazo, reuniram-se novamente e estabeleceram para oito de maio último a demarcação. Mas a Funai pediu mais uma semana. No dia 19 de maio, o delegado regional do órgão, Carlos Alberto Grossi, pediu que não se realizasse a demarcação, pois não teria validade. Os índios ficaram confusos, mas decidiram continuar o trabalho. No dia previsto, um forte contingente da Polícia Militar chegou à área, além da Polícia Federal, onde permaneceram por dois dias.